LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA – Revista EDUCAmazônia-Educação, Sociedade e Meio Ambiente - ISSN 1983-3423 – Ano 1,Vol I, nº 1, pág. 44-59, jul-dez, 2008.

O AVÔ E A LUA: EXPERIÊNCIA DE VIDA E CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Célia Tolentino *

RESUMO: A relação entre objetividade do conhecimento e a experiência de vida é o tema deste breve ensaio. Refletindo sobre o processo de abordagem da pesquisa científica e a problemática relação entre sujeito e objeto do conhecimento nas Ciências Sociais, tentamos dar relevo ao imbricamento que se faz entre o conhecimento objetivo e a história do sujeito cognoscente a partir de uma pesquisa em particular. Considerando que o pesquisador tem, ele também, sua história privada, colocamos em debate a assertiva de Hegel: "o que é familiar não é, por isso mesmo, necessariamente, conhecido".

Palavras-chave: Particularidade. Universalidade. Objeto. Metodologia. Pesquisa.

THE GRANDFATHER AND THE MOON: LIFE EXPERIENCE AND SCIENTIFIC KNOWLEDGE

ABSTRACT: The relation between knowledge objectivity and life experience is the theme of this short essay. Contemplating the approach process on scientific research and the problematic relation between the subject and the object of knowledge in the Social Sciences, we try to evidence the interrelation between objective knowledge and the history of the knowing subject from a particular research. Considering that the researcher has also its own history, we debate Hegel's assertive: "What is familiar is not, for that reason, necessarily known"

Keywords: Particularity. Universality. Object. Methodology. Research.

* Professora de Sociologia junto à Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – *Campus* de Marília- SP

Introdução: travessia

> Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.
> (Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*)

A citação de Guimarães Rosa que aqui uso como epígrafe é comumente encontrada, na mesma função, em artigos, ensaios críticos, dissertações e teses indicando os desafios que envolvem a apreensão do real para o pesquisador das Ciências Humanas. Salvo em textos de análises literárias, em tais escritos nunca encontramos uma reflexão sobre o que significa este real que se revela no meio da travessia. Mestre Guimarães Rosa conta a fáustica experiência de Riobaldo no mundo agrário em transição e sua trágica descoberta de que no fluxo da vida vivida muita coisa ficara sem a imediata compreensão: “Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo: – só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz

O senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso do em que primeiro se pensou.” (Rosa, 1963, p. 35) Não é possível ver parentesco com a idéia de Marx de que os homens fazem a história mas não necessariamente nas condições que escolheram? E que, por isso mesmo, encontrar os nexos da história em movimento é uma das tarefas mais árduas tanto do crítico das idéias quanto do militante revolucionário? Também é possível pensar que o fluxo da vida vivida é intenso e perpassado por perspectivas cognitivas que são dadas a partir de um projeto associado à origem e ao futuro, um lugar de chegada que pode não permitir a compreensão das muitas questões que perpassam a experiência enquanto tal. Não por outra razão, Riobaldo dita sua história para que alguém a escreva, realizando um memorial a fim não só de registrar os fatos mas, sobretudo, dar alguma linearidade, selecioná-los e, conseqüentemente, compreendê-los. A narrativa é ordenadora da experiência vivida, permitindo a consciência dos imperativos que fizeram a trajetória do jagunço assumir este ou aquele rumo, mas, como ele mesmo reconhece, é filtrada pela memória que confere importância a certos fatos e a outros não. Não é de memória – embora ela esteja

presente e filtrada como aquela de Riobaldo – de que fala este texto, mas de travessia. Da experiência de (re) descobrir no vivido, *a posteriori*, as ingerências da história particular e universal que condicionam nossas experiências mais cotidianas e que, comumente, optamos por deixar de lado quando da reflexão científica.

Vale a pena contar que esta reflexão nasceu a partir de um debate organizado por alunos do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP de Marília – SP – sob a preocupação de discutir as experiências de pesquisa a partir de um recorte regional[1]. Tendo feito uma dissertação de mestrado que atendia a este requisito do evento, fui convidada para falar da importância e das especificidades de um estudo cuja *démarche* sociológica tivesse em perspectiva o contexto imediato. Foi nesta tentativa de relatar a pesquisa realizada em seu processo e seus percalços que rememorei o vivido e pude perceber dois aspectos importantes destas formas de conhecimento. Em primeiro lugar, a proximidade com o objeto que viria a constituir minha primeira pesquisa relevante academicamente, punha dificuldades para a abordagem em termos de objetividade. Distanciando-me, passei a tomar o objeto de pesquisa como algo estranho a mim mesma, desconhecido, objetivado e, por isso mesmo, fui perdendo de vista aspectos do vivido que poderiam ter garantido uma investigação em terreno menos hostil. No entanto, ao "narrar" para os alunos de Ciências Sociais a penosa estrada de transformação do tema vivido em pesquisa, dei-me conta do quanto esta relação entre conhecimento científico e experiência é problemática, complexa e, ao mesmo tempo, profundamente relevante.

E considerando a questão da objetividade científica, entendemos que estamos assumindo um risco ao colocar em pauta a relação entre sujeito/objeto e sua interseção com a experiência vivida, pois o relato na primeira pessoa do singular parece incongruente com este pressuposto básico da análise sociológica mas, no entanto, é justamente considerando que o sociólogo é também ele fruto de um ser e estar no mundo que me interessa perceber como as nossas histórias de vida são parte da história coletiva – entenda-se local e mundial – ainda que irrepetíveis quando pensadas segundo a vivência do eu narrador. É a travessia vista a partir da outra margem que dá mote a este texto: a tentativa de conferir sentido ao vivido a partir de

[1] Tratou-se do Primeiro Seminário de Metodologia da Pesquisa Científica organizado pelos alunos integrantes do PET/CAPES, realizado em 1993, sob a coordenação do Prof. Dr. Cândido Giraldez Vieitez.

tantos imperativos não percebidos durante o processo de análise. Riobaldo, o velho jagunço de *Grande Sertão: veredas*, narra para compreender sua própria história, para dar sentido à sua vida. Velho, olha para trás com a distância facultada pelos anos e tenta amarrar uma ponta na outra, resgatar a travessia, a totalidade poderíamos dizer, que o fluxo do rio conduziu, apesar do esforço hercúleo do velho guerreiro das Gerais, mais abaixo do que havia planejado aportar. Fluxo que Riobaldo intui – no seu esforço de dar uma explicação que case o mito com a história – não ser apenas da natureza, mas das relações sociais que condicionam a sua vida de homem pobre sertanejo que se tornaria proprietário e "dono" do destino de outros homens. Em nosso relato, a distância era ainda bem menor que esta do velho jagunço, assim como a travessia – que era apenas uma das tantas e nem tão aventurosa como a do personagem de Rosa – mas também teve o mesmo efeito de juntar uma ponta na outra e contribuir para a compreensão dos pressupostos que norteavam a saída e a chegada e o quanto da travessia, isto é, do vivido havia ficado fora do trabalho investigativo pois, em tese, poderia prejudicar a objetividade da análise.

Fazer aqui esta reflexão não significa propor o abandono de qualquer objetividade na pesquisa científica, mas contribuir para pensar que as experiências concretas, vividas pelos pesquisadores, trazem consigo elementos riquíssimos daquilo que chamaremos de particularidade. Elementos que, sem prejuízo do rigor da análise, poderiam dar pistas para uma abordagem genuinamente dialética, considerando a interseção entre o particular e o universal. A este propósito e continuando o exemplo da literatura, um pesquisador americano comenta o caráter sociológico conferido por Willian Faulkner aos seus personagens, observando que o escritor toma para seus romances a história de vida de pessoas comuns, e conclui: "as vidas são propriedades biográficas pertencentes a pessoas e a outros, inclusive instituições, nações-Estados e até uma parte do sistema mundial." (DENZIN, 1984, p. 29) Ou seja, a vida de cada um de nós pertence também ao coletivo e, de um modo ou de outro, condiciona as nossas escolhas de campo, nosso olhar e nossa perspectiva cognitiva primeira. Perspectiva esta que, de um modo ou de outro, alonga, encurta, problematiza ou modifica a chegada. E para que não se pense que esta reflexão esteja inscrita na tese do *habitus* de Bourdieu, lembro a belíssima confluência entre a história pessoal e a história mundial narrada por Eric Hobsbawm em "*Tempos interessantes – uma vida no século*

XX", texto no qual o pensador mostra como o nazismo atravessou a sua infância, como a guerra o afastou dos amigos, de uma parte da família e, obrigando-o a viver na Inglaterra, o aproximou do pensamento intelectual de esquerda. A Segunda Guerra, como sabemos, afetou a vida de centenas de milhões de pessoas. Conhecer suas histórias particulares não é saber menos da Guerra e seus grandes nomes mas conferir ao conflito a materialidade do vivido, perceber como o evento mundial afetou, de modo irrepetível, vidas particulares e obrigou pessoas comuns a construírem estratégias de sobrevivência em meio ao caos.

Para concluir esta introdução, ainda é preciso dizer que a narrativa em questão não fala de como é estar no olho do furacão – em plena Guerra Mundial – tal como nos conta Hobsbawm, nem tem a beleza do romance de Rosa e tampouco mesma matéria embora, como naquela que dá substrato ao texto do escritor, esteja ela também perpassada pelos elementos de arcaísmo e modernidade que caracterizam a vida brasileira. Política e vida privada, rural e urbano, tradicional e moderno são alguns pares de oposição – para falar com Antônio Cândido em sua análise a propósito de *Raízes do Brasil* – que permeiam a discussão em pauta.

Águas próximas: vivê-las é conhecê-las?

O objeto da pesquisa que colocou em relevo estas considerações foi a lei da Revisão Agrária Paulista, lançada pelo Governo do Estado de São Paulo no ano de 1960, durante o mandato do então governador Carvalho Pinto, que resultou em dois assentamentos rurais, num dos quais minha família veio a ser assentada. Essa familiaridade, proximidade, envolvimento com a questão, dificultou, sobretudo, o "recorte" e a apropriação do objeto. Não por outra razão, inúmeras foram as tentativas malogradas de elaboração do projeto de pesquisa que ora caía no particularismo do estudo de caso – e deste ponto de vista o assentamento parecia apenas um projeto fracassado, já que restavam apenas quatro famílias entre os assentados originalmente – ou então no seu oposto, leitura que pretendia ver o Estado como agência máxima da organização social, *lócus* absoluto e incontrastável do poder ideológico burguês, capaz de organizar e desorganizar a vida de pessoas comuns. Como encontrar a justa interseção entre o imediato e a política de âmbito nacional? Esta relação, desde o

cotidiano até os planos de governo, estava intricadamente presente na experiência vivida, mas a análise com suas exigências científicas e, em tese, de validade universal, não a perceberia.

Mas, também um objeto de pesquisa não nasce no nada. Embora tivesse vivido num assentamento rural (denominado Fazenda Santa Helena) só tive conhecimento de que se tratava de um projeto de "reforma agrária" quando estava na universidade. Minhas primeiras indagações sobre ele aconteceram no ano de 1983 quando os movimentos sociais de luta pela terra na região oeste do estado de São Paulo se intensificaram levando a reboque a política agrária do então governador André Franco Montoro, recém eleito num pleito democrático depois de vários anos de eleições indiretas para o cargo de chefe do executivo estadual. O recém criado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – colocava em cheque, com suas ocupações de áreas ociosas do Estado (terras devolutas e/ou estatais naquele primeiro momento), o alcance da radicalidade política do grupo que sustentava o governador, eleito com apoio dos setores de esquerda que haviam dividido forças entre o também recém fundado Partido dos Trabalhadores e a coligação que sustentara a candidatura de Montoro.

Com as ocupações de terras levadas a efeito, militantes, mediadores políticos e assessores governamentais passaram a especular sobre a Revisão Agrária, projeto que se definia como de "reestruturação fundiária", como portador de modelo ideal de assentamento para o Estado de São Paulo. A proximidade com o que restara do assentamento de Marília impunha-se como uma referência. No convívio cotidiano com a provisoriedade dos acampamentos – primeira e precária forma de moradia no período da ocupação para pressionar por desapropriações – era inevitável sonhar com as casas de alvenaria providas de instalações hidráulicas e elétricas; galpões de armazenamento; poços com bombas d'água; assistência técnica e outros recursos do assentamento da Revisão Agrária.

E, então, me ocorreu a mais improvável das indagações: assentada de uma reforma agrária, eu? Então a reforma agrária tinha acontecido, eu participara dela juntamente com minha família e nem sabia? Sobre isto, voltaremos mais adiante, pois, imbuída dos pressupostos da militância política, a história privada era a que menos interessava. Ao poder estatal cabia dirigir as questões mais importantes: por que o

Estado burguês lançara uma reforma agrária num estado como São Paulo, num período em que em todo o país a reivindicação dos trabalhadores era violentamente reprimida? E por que aquilo que se julgara como um modelo ideal de reforma/recursos/assistência técnica tinha tido vida tão curta e padecia do mesmo mal que os movimentos sociais tentavam combater, isto é, a re-concentração da terra outrora dividida? E por que esta medida tão exemplar teria tido tão pouca repercussão naqueles anos?

Com estas questões e algum espanto foi que tomei contato com os primeiros documentos da Revisão Agrária para, na seqüência, elaborar a primeira versão de um projeto de pesquisa. E é interessante notar que a primeira perspectiva de abordagem deste material, a que norteava a nossa intenção de inicial, revelou-se inadequada e limitadora do campo de análise. Para chegar a uma hipótese que se sustentasse, o mais difícil foi destituir a intenção de encontrar na proposta paulista uma reforma agrária, particularmente demandada por movimentos sociais dos anos 60. Se nos anos 80, o movimento social de luta pela terra era organizado e ruidoso, em 1960 a situação ainda era outra, embora algumas reivindicações pontuais e mediadas pelo Partido Comunista dessem notoriedade ao movimento de luta relacionado à questão da legislação sobre uso e a renda da terra no extremo oeste do estado, em Santa Fé do Sul. Mas, ao contrário do que ocorria no nordeste brasileiro, o movimento social no campo paulista naquele início de 60 não tinha tamanho alcance em termos de mobilização social. Mas, isso só seria claro depois de alguns tropeços na tentativa de encontrar no projeto do governador uma medida para responder aos movimentos sociais. A hipótese da pesquisa, calçada no entusiasmo da militância, via na luta dos trabalhadores mobilizados a causa para uma medida que colocasse o dedo na chaga da poderosa e intocável questão da propriedade rural. A lógica militante mandava perguntar: por que o Estado burguês decide “conceder” a reforma agrária ao homem pobre do campo? A mesma linha de raciocínio sustentada pelo marxismo vulgar conjecturava: havia o prenúncio de uma revolução social e a elite política paulista não podia desconhecê-la. Esta leitura teria vida curtíssima, pois, para desmontá-la, bastou uma revisão bibliográfica sobre os movimentos pela terra no Estado de São Paulo. Em 1959, quando a medida estava sendo pensada pela elite dirigente, o setor mais ruidoso no campo paulista era o da grande propriedade cafeicultora que no ano anterior havia

organizado a chamada *Marcha da Produção* em protesto contra a política cambial do Governo Kubitschek (1956-1960). Sendo assim, voltávamos à mesma questão: se não foram os movimentos que demandaram uma reforma agrária do Estado burguês, qual seria a motivação para uma medida como esta, que o indispunha com os interesses da classe dominante? Havia ainda aquela indagação que eu não ousava apresentar aos debatedores acadêmicos: por que nós que vivemos o assentamento na região de Marília não tínhamos jamais considerado aquelas terras, compradas e pagas ao Erário Público, como um projeto de reforma agrária? Talvez se tivesse me aventurado a começar respondendo a esta questão, que evidenciava o silêncio em torno do projeto de governo que originara o assentamento, tivesse compreendido o quanto aquela proposta se distanciava das idéias de luta pela terra daqueles anos 80.

O caminho da investigação, enredado na teoria apressada, daria ainda muitas voltas para que pudéssemos pôr em causa a própria definição de reforma agrária outorgada à medida paulista pelos seus detratores da linha conservadora. A Revisão Agrária só podia ser tratada como reforma agrária num sentido bastante restrito pois seu objetivo mais plausível – visto nas entrelinhas do próprio projeto de lei que não necessariamente se coadunava com os inflamados discursos que o apresentavam ou que o criticavam – era a disciplina da produção e a modernização do campo paulista com vistas a atender uma suposta demanda da indústria nascente. Sobre as terras improdutivas deveriam pairar impostos mais altos, a produção da monocultura seria desestimulada e o governo propunha-se a favorecer a pequena propriedade que produzisse alimentos de forma intensiva através da formação de tecnologia agrícola, assistência técnica e formação especializada ao agricultor através de escolas rurais em todo o meio rural paulista.

É necessário dizer que a proposta do governo paulista resultou num acirradíssimo debate entre oponentes e defensores. Sobretudo o aspecto fiscal da medida mobilizou vários setores proprietários, “escaldados” como se diziam pelos impostos em nível federal, contra ela. O assentamento de trabalhadores rurais sem terra era uma das propostas de incentivo à produção alimentícia: este pequeno produtor familiar receberia do Estado a propriedade rural adequada tecnicamente para a produção intensiva de hortifrutigranjeiros e, da mesma forma que se compra a casa

própria[2], deveria pagar por ela durante 15 anos até receber o título definitivo de posse. Este aspecto da Revisão Agrária foi louvado e execrado por interesses distintos entre os que a consideravam uma ameaça à propriedade privada e os que reclamavam do alcance mínimo da lei que propunha a assentar 1000 famílias por ano e reconhecia que, pelo menos, 1 milhão de famílias de trabalhadores rurais carecia de terra própria no estado de São Paulo. Ou seja, não é de todo equivocado chamar de comedida uma proposta que prevê um milênio para realizar seus objetivos...

Entretanto, embora houvessem pairado tantas discussões sobre os destinos dos lavradores, houvessem sido depositadas tantas esperanças e projetos políticos sobre a cabeça dos assentados, a maior parte das famílias que participaram do primeiro núcleo de assentamento tinha pouco conhecimento do que significava o projeto do governo. Os que o conheciam, duvidavam da sua eficácia, como constataria uma pesquisadora do CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP – em 1966[3]. Particularmente na minha família, a vida passava longe dessas questões, já que o que mobilizava a nossa preocupação era a necessidade de retirar da terra, a cada colheita, o equivalente às prestações anuais de pagamento das parcelas devidas, sob o risco da perda das terras como rezava o contrato assinado quando da entrada no núcleo piloto da Revisão Agrária. Deste modo, o cotidiano em Santa Helena se transformava ao ritmo da natureza, os períodos de geada ou seca eram plenos de opressão e angústia, pois, para todos os efeitos, éramos compradores de uma pequena propriedade rural, endividados com o Estado e temendo a perda do pequeno lote a cada ano de produção baixa ou malograda.

Assim quando os mediadores dos movimentos sociais do início da década de 80 se referiram àquela área como o modelo ideal de assentamento e reforma agrária, a primeiríssima impressão é que se tratasse de um engano. Visto por dentro, não parecia haver nenhuma familiaridade entre os assentados de 1960 e aqueles mobilizados e resistentes lavradores sem terra que enfrentavam o exército, os últimos estertores da ditadura, e encantavam a minha geração que jamais vira (com alguma capacidade de inteligência) uma ação política tão ousada. Qual interlocução haveria, eu me

[2] Esta era a síntese do governador paulista: “depois do plano da casa própria, lançaremos o plano da terra própria”.

[3] Ver ROCHA, Léa Maria da. O trabalho entre os sitiantes de Colonização dirigida “Fazenda Santa Helena”. Marília (SP) *in* Cadernos CERU – USP, n° 3, série 1ª, 1970. P. 69 a 97.

perguntava num primeiro momento para depois esquecer esta idéia incômoda, entre estes movimentos politizados, resistentes às tropas de choque e os assentados de Santa Helena, cuja ocupação esteve intermediada pela legal e reconhecida relação monetária, isto é, pela compra? E aqui poderíamos lembrar o aforismo de Hegel: "que é familiar não é, por isso mesmo, necessariamente conhecido". Do ponto de vista das nossas experiências cotidianas, nada além de um mundo oposto ao urbano que só voltaria os olhos para nossas existências caso tivesse que executar a promissória da prestação da prestação anual. Por urbano lia-se inclusive o Estado, a outra parte no "negócio" das terras.

Para mim, a vida na zona rural equivalia a um conjunto de incertezas que atravessava a minha infância. Desde as agruras sob o fantasma da perda das colheitas e, por conseqüência, do lote de terra, até a representação do urbano como lugar da afirmação do moderno em detrimento do campo como lugar do atraso, discurso que a escola se encarregava de atualizar, levando-nos a rejeitar também a forma de conhecimento que ali se praticava. De modo que todas as vezes que meu velho avô se referia à lua como "a Casa de São Jorge" eu me sentia cercada de ignorância e alijada do mundo. Mundo este que punha naves espaciais para explorar o solo lunar, que dominava a ciência, a natureza e era o lugar da decisão política, enquanto nós esperávamos que o simples bom vento recompensasse a duríssima batalha cotidiana trazendo a chuva para salvar nossas lavouras e nossas terras das duplicatas.

Foi necessário apreender muitas coisas sobre o caráter universal das relações humanas para descobrir quantas questões, também de caráter universal, desfilavam, sem que déssemos conta, pelo nosso cotidiano. Só muito tempo mais tarde, com a pesquisa sobre o projeto de governo já realizada, é que fui voltar a pensar e compreender a mítica, ingênua e poética forma de ver o mundo do meu avô, ele próprio vinculado a uma das questões mais importantes do nosso século para a economia brasileira, já que trazia por ascendência os pais europeus vindos para o cafezal paulista.

O córrego e o grande rio

A gente vai contra a corrente até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
(Chico Buarque, *Roda viva*)

Foram necessários alguns anos mais de pesquisa, associados a muitas discussões sobre a conjuntura dos anos finais de 50 e início dos anos 60, para se perceber que o projeto da Revisão Agrária era a parte visível de um conjunto de outros projetos que atendiam a interesses e propostas políticas bastante específicas de uma elite dirigente também específica no cenário político brasileiro, representante do setor industrial e moderno, no sentido capitalista.

A idéia central da Lei de Revisão Agrária era criar mecanismos legais para provocar a alteração do perfil do campo brasileiro no sentido de adequá-lo a uma nova estrutura de produção do Estado de São Paulo, agora não mais fundamentado no setor agroexportador mas na produção industrial. Dessa forma, o campo acompanharia essa nova ordem produtiva, substituindo suas propriedades de terra para especulação por áreas produtivas de alimentos, assim como o seu "caipira" produtor de subsistência por um agricultor moderno que fornecesse aos centros urbanos os produtos da cesta básica. Para que estas duas propostas se efetivassem, haveria o imposto coibidor de terras improdutivas e a criação de núcleos de assentamento de trabalhadores que deveriam dar o exemplo da pequena propriedade rural racionalmente aproveitada, assim em lugar do "Jeca Tatu" teríamos um "*farmer*" no estilo norte-americano.

Além disso, o Estado, através dos seus dirigentes, ofereceria uma resposta aos movimentos sociais que reivindicavam terra, tanto no Estado de São Paulo como no resto do país. Ou seja, o Estado, através da promoção do assentamento do trabalhador rural sem propriedade, impediria que a organização dos trabalhadores chegasse no nível da luta no Nordeste, que já levantava a bandeira da reforma agrária.

Dessa maneira, o campo do estado "mais industrializado do Brasil", a tal locomotiva da modernidade, sairia na frente como um exportador de paz social além

de frutas, grãos, legumes e etc. O mesmo pequeno proprietário fornecedor da cesta básica para o operário urbano seria também um consumidor em potencial do mercado interno. Assim este produziria para baixar o custo da reprodução urbana e compraria os produtos da cidade.

Portanto, para entender o projeto do Estado paulista se fez fundamental abdicar da leitura de que o Estado era um bloco monolítico formado pelas classes dominantes também monolíticas. Fundamentando o projeto de Revisão Agrária, havia um conjunto de propostas políticas, sociais e econômicas que embasavam as propostas de uma fração pequena das classes dominantes, que acabou por revelar-se não hegemônica quando sua proposta de modernização capitalista com reformas (ainda que tímidas) foram vencidas pelo golpe de 64.

E entendendo porque a proposta de Revisão Agrária não se concretizou, poderemos ver também quantas implicações de ordem política e social havia imbricadas em nosso objeto e por que sua apreensão não poderia se dar sem a ampliação do campo onde este se inseria, muito embora houvesse indícios claros da sua especificidade na própria forma como o assentamento – um dos aspectos, o menos criticado da medida – tinha sido efetivado e que, considerados, teriam "encurtado" o caminho para esta compreensão: desde o fato de os "beneficiários" o entenderem como compra e venda, já indicava a forma como o Estado entendia a sua intervenção na distribuição da terra.

No plano das motivações da iniciativa governamental, algumas ainda escapavam aos limites da conjuntura nacional e tinham como retaguarda o embate capitalismo *versus* socialismo, mediado pela Guerra Fria, pelo diálogo (ou anti-diálogo) EUA/URSS. Os movimentos sociais brasileiros mostravam os problemas da via capitalista e aos defensores do modelo liberal cabia provar a sua viabilidade. A reforma agrária – dentro da lei e da ordem, como dizia o executivo paulista – era uma forma de apostar num capitalismo moderno e a origem democrata cristã do governador o recomendava.

Por outro lado, a industrialização era um fato a olhos vistos. A escassez de alimentos provocava alta nos custos, inflação e encarecimento da mão de obra urbana. Produzir alimentos era preciso. Isso tinha a ver com o momento particular do país, mas também com a organização do modo de produção capitalista, com o custo da força de

trabalho e com o lucro empresarial. Por outro lado, a criação de um novo pequeno produtor no campo, isto é, de uma pequena burguesia agrária consumidora, funcionaria também como uma contraposição ao operariado organizado.

E os assentados? Quem eram esses para quem se destinavam tantos projetos e tantos papéis? Por várias razões, mas sobretudo, pelo velho processo como se opera a relação Estado/população civil no Brasil, o assentado da Revisão Agrária pouco ou nada soube do peso das idéias às quais deveria dar concretude.

Como demonstra uma entrevista de 1965, realizada pela pesquisadora Léa Rocha do CERU, para o assentado a aquisição da terra era um negócio a se realizar com o governo. Um negócio facilitado, mas com muitas exigências a cumprir, entenda-se o pagamento das prestações em dia, a formação do lote num prazo de dois anos, a proibição de plantios permanentes, entre eles o café. Além disso, o trabalhador para dar entrada na compra deste lote deveria dispor de 80.000 cruzeiros, o equivalente a 26,6 salários mínimos rurais, na época. As primeiras falências sobre a proposta do governo se deram na esfera própria da política. O governador que sucede a Carvalho Pinto, o velho pessepista Adhemar de Barros, não era simpático à Revisão e retirou dela o suporte financeiro estatal. E, com o Golpe de 1964, a reforma agrária, fosse ela de qual origem fosse, deveria ser relegada ao plano da segurança nacional, tornando-se assunto proibido em qualquer instância.

Nos assentamentos, as questões de ordem técnica e econômicas se encarregavam de dificultar a sobrevivência das propostas originais, provocando a saída das famílias e novas agregações das terras divididas. O milagre econômico, a sedução do trabalho na indústria – com seu salário no fim do mês e sua liberdade aos caprichos da natureza – foram causas das maiores evasões das áreas de assentamento e, em particular, de Santa Helena, na região de Marília, que já no ano de 1980 contava com apenas 5 famílias das assentadas inicialmente.

A outra margem do rio

A dificuldade inicial de tomar nas mãos a história de Santa Helena e da Revisão Agrária estava justamente no fato de que a intersecção entre a nossa perspectiva objetiva e a percepção do projeto de governo do “lado de dentro” fora tomada como

coisas díspares e não intrincadas. Olhando com distância para a pesquisa realizada e seu árduo caminho para a compreensão de que a proposta do governo só poderia ser chamada de reforma agrária em condições políticas específicas, isto é, quando fosse interessante defendê-la ou contestá-la, é possível ver que já havia um indício desta especificidade no fato de que os moradores daquele núcleo pouco ou nada soubessem do projeto governamental. Para isso tinha concorrido o Golpe de 1964 e o fim do debate por reforma agrária sob ameaça de prisão, tortura e morte. Mas também o núcleo central daquilo que era o escopo do governo paulista da época, a idéia de que os núcleos de assentamento contribuíssem para formar uma classe média produtora de alimentos e conservadora, geradora de "paz" no campo. O próprio ato de compra do lote, como revelaria o agrônomo encarregado da seleção das famílias, já indicaria que o lavrador que tivesse em mãos aproximadamente 25 salários mínimos da época, era um pequeno empreendedor. Neste sentido, caso a pesquisa tivesse associado estes elementos do particular, acabaria encontrando os nexos mais gerais para compreender o que só se revelou através de um caminho muito longo e complexo, implicando um movimento de ida e volta ao objeto que perderia de vista os sujeitos concretos, partícipes da iniciativa governamental. Evidentemente, muitas das implicações de ordem política, econômica e em níveis mundiais determinaram a criação e a derrocada daquilo que parecia muito particular e isolado no mundo, intermediado por uma relação que desde a entrada na modernidade nos parecia natural: a relação de troca, de compra e venda.

E para finalizar vale dizer que, não perdendo as dimensões e implicações universais de todas as relações singulares, é de indivíduos enquanto propriedades biográficas que se recheiam as estruturas. É através destes que o universal se materializa, como na história de meu avô que nascera brasileiro como conseqüência da migração forçada pela miséria européia e pelo primeiro grande movimento de implantação da mão de obra livre no campo brasileiro. Sua condição de brasileiro era resultada do primeiro momento de modernização capitalista da agricultura nacional que trouxera braços para o cafezal paulista, processo demandado pelas relações políticas e comerciais internacionais. A minha história, entretanto, foi perpassada pela segunda tentativa de incrementar esse mesmo capitalismo no campo brasileiro, um século depois, em função do mercado mundial do qual o país passaria a fazer parte,

deixando a condição de agro-exportador e periférico, quando, em tese, o camponês seria substituído pelo produtor capitalizado.

A particularidade e a diversidade não deixam de estar perpassadas por relações universais. A particularidade nacional perpassa a vida de indivíduos que estão vivendo nos sertões, no litoral, na metrópole ou no campo. A singularidade da nossa experiência pode ser um rico elemento na pesquisa se soubermos explorar as suas potencialidades , isto é, perceber como se entrecruzam com as relações universais

Do meu avô e sua forma de conhecimento, de sua poética de homem simples formada pelo rural europeu e brasileiro, ganhei a noção de que havia muito mundo para além da porteira. Afinal ele, que fora um pioneiro, dizia sempre que não havia o que não se explicasse nesta vida, ainda que para ele algumas coisas fossem obra de almas penadas. Mas, isso é outra, e belíssima, história.

Referências

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades, 1982.

_____ “O significado de Raízes do Brasil” in BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasi*l. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DENZIN, Norman K. "Interpretando as vidas das pessoas comuns", *in Dados* - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol 27, n. 1, 1984, pp. 29 a 43

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectivas, 1986.

GOVERNO CARVALHO PINTO. *Mensagem à Assembléia Legislativa, 1°, 2° e 3° anos de governo*. Imprensa Oficial do Estado, 1959 a 1962.

HOBSBAWM, Eric. *Tempos interessantes – uma vida no Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil.* Petrópolis, Vozes, 1981.

POKER, José Geraldo. A Revisão Agrária implantada pelo Governo Carvalho Pinto no entender dos Jornais O Correio de Marília e Jornal do Comércio, no período de 60 a 64, comunicação ao PIPSA regional de Belo Horizonte, mimeo, 1989.

ROCHA, Léa Maria. O trabalho entre os assentados do núcleo de colonização dirigida na Fazenda Santa Helena no município de Marília-SP, in *Cadernos do CERU*, n. 3, série 1, 1970.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963.

SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TOLENTINO, Célia a. F. A Revisão Agrária Paulista: a modernização do Campo no Governo Carvalho Pinto - 1960. Dissertação de Mestrado, UFRRJ/CPDA, mímeo, 1990.

_____, A Revisão Agrária: a reforma agrária "bandeirante" de Carvalho Pinto. in *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências*, vol. 1, n.1, 1981, pp. 159 a 184.

Recebido em 27 de maio de 2008. Aceito em 15 de junho de 2008.